A FACE OCULTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

Gerson Carlos Tiburcio

A educação especial na sala de aula comum, serve apenas para a contenção de recursos público, e desvio de verba para outras finalidades, e não como um local apropriado para o desenvolvimento intelectual dos alunos que necessitam dessa modalidade educacional.

Quando elaboraram a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394/96, e grafaram no capítulo V, que os estudantes deficientes, com a desculpa da socialização, os mesmos devem ter assegurados o direito de aprender a ler e escrever na sala de aula comum, garantindo se a eles a interatividade e a socialização na sala de aula regular, e não mais no ambiente mais adequado como antes, em que as salas de recursos especiais, e com professores especialistas. A partir da Lei 9.394/96, a melhor forma de aprendizagem para o aluno deficiente passou a ser a sala de aula com um único professor para atender um grande número de alunos, e ainda preparar as atividades diferenciadas para facilitar a aprendizagem daqueles alunos com necessidades especiais. É certo que existem diferentes tipos de deficiências, e em alguns casos, esses estudantes acompanham os demais companheiros de sala normalmente. Mas nem todos os estudantes deficientes são iguais. É por esse motivo que o professor precisa preparar diferentes atividades para o atendimento desses estudantes. Para cada tipo de deficiente uma atividade diferenciada para que o mesmo possa compreender, entender e desenvolver o seu cognitivo. A essas atividades, deu-se o nome de transposição didática. O fato é que nas salas de recursos, que ainda existem em algumas escolas, o professor especialista trabalha com um número reduzido de estudantes, e com um material desenvolvido adequadamente para facilitar essa aprendizagem, tanto cognitiva, quanto motora. Já na sala de aula comum a todos, o professor, muitas vezes sem a devida especialização, não consegue realizar nem a sua tarefa regular, e dessa forma os alunos deficientes acabam não desenvolvendo as habilidades necessárias para a sua aprendizagem.

Em muitas escolas por não ter um número de funcionários adequado, os responsáveis levam os estudantes deficientes para a escola de classe comum a todos, coloca-os dentro da sala de aula, e quando na hora do intervalo, eles retornam à escola para que esses alunos vão ao banheiro. Essa é a vida que muitos estudantes deficientes levam em inúmeras escolas brasileiras. Ficam sem o atendimento especializados que eles tanto necessitam e merecem. Atendimento esse que foi suprimido pelos governantes com a desculpa que para esses estudantes, o melhor mesmo é a aprendizagem socializada em grupos numa sala de aula comum. A socialização é mesmo necessária para que a aprendizagem possa se desenvolver com os requintes da participação, e da cidadania, porém, essa cidadania pode muito bem ser trabalhada durante os intervalos, e no contra turno, e não na modalidade em que está, onde os alunos deficientes ficam em salas de aulas superlotadas, e com um único professor, muitas vezes sem a devida especialização para trabalhar com alunos deficientes. Mas em atendimento a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394/96, os estudantes deficientes são atendidos precariamente em sala de aula regular, sem as mínimas condições para o desenvolvimento de suas habilidades cognitivas e motoras.

A face oculta da educação especial e inclusiva está exposta nos olhares dos próprios estudantes com necessidades especiais, que na maioria das vezes ficam perdidos dentro da sala de aula, sem receber a atenção devida para o seu próprio desenvolvimento, e o bem-estar que fica a desejar por falta de um suporte adequado para a realização de suas atividades pedagógicas, que muitos dos professores da rede educacional não preparam para esses alunos deficientes. O que acontece com esses alunos seria o mesmo que alguém que faz viagens internacionais, sem aprender o idioma básico necessário para a sua locomoção de um ambiente para o outro. A única diferença é estamos falando de uma pessoa com deficiência, e que para realizar o seu aprendizado, necessita de um aparato diferenciado para aprender o mínimo necessário, além da socialização em sala de aula. E na grande maioria das vezes, nem o mínimo necessário os estudantes deficientes aprendem. E o mais gritante dessa onda é que têm supervisores de ensino que vestem a camisa do governo do estado com medo de receberem as devidas punições por não cumprirem a sua função de continuarem a maquiar o sistema para ajudar na contenção de custos. E com essa farsa descarada quem leva a pior, são os professores que precisam preparar atividades diferenciadas que não conseguem aplica lá, devido ao grande número de estudantes numa mesma sala, que mal se consegue falar. Quem dirá prestar um atendimento diferenciado aos alunos deficientes e com necessidades educacionais especiais. A nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394/96, foi muito bem redigida, porém, em alguns artigos o seu cumprimento se torna impossível de ser cumprido pelos educadores, não devido a própria formação acadêmica, mas devido ao estrondoso número de alunos em cada sala de aula. É maravilhoso quando falamos na integração dos estudantes, e da aprendizagem sendo contextualiza entre os pares, mas cada modalidade de ensino deve, e precisa ser desenvolvida em ambientes adequados para que a aprendizagem possa acontecer de verdade, e na sua integralidade, mas não descaracterizada, e maquiada como está ocorrendo nas salas de aula brasileira.

Todos os estudantes precisam de respeito, segurança, com professores bem preparados, e principalmente de especialistas para dar o suporte compatível para os alunos com necessidades especiais e inclusivas. Com o aumento das matriculas de estudantes deficientes a partir da década de 1990, iniciou-se várias discussões referente a educação especial em vários países, e essas conversas de cunho educacional especializado passou a ter um formato político, e já a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394/96, no capítulo V, deixa bem claro que os estudantes deficientes terão as suas habilidades cognitiva e motora desenvolvidas em sala de aula comum, e que isso é necessário para o seu pleno desenvolvimento sócio educativo. Porque a socialização é necessária para o aumento da autoestima, que eleva o nível da aprendizagem de todos os estudantes.

É certo que a autoestima valoriza os estudantes e estimula a aprendizagem. Mas se pensarmos que a socialização pode ser desenvolvida em outros horários, e em diferentes datas, e locais mais adequados que uma sala de aula superlotadas, esses estudantes que mais sofrem que aprendem nas salas de aula comum, poderiam frequentar somente as salas de recursos apropriadas com os professores especializados, e participarem de projetos de socialização durante o contra turno escolar, ou mesmo aos finais de semana, que com toda a certeza estariam aprendendo mais e de uma melhor forma. Mas como sabemos a política de contenção de custo educacional é quem fala mais, com maior firmeza. Os pais, e os responsáveis por esses jovens com necessidades educacionais especiais e inclusivas são os que mais se sacrificam e sofrem, tentando fazer com que seus filhos possam a aprender ao menos os fundamentos básicos de uma educação precária que é a educação oferecida aos filhos dos trabalhadores brasileiros nas escolas públicas.

Se nem a educação regular brasileira que é oferecida a classe pobre da população brasileira é de qualidade, imagina o se oferece a quem necessita de atendimento especializado e inclusiva na sala de aula comum. As reclamações não faltam nas secretarias das unidades escolares, porém, já que o estado não resolve nem o retrocesso da educação básica que é comum a todos, a educação especial continua sendo considerada como aprendizagem normal, regular e inclusiva nas salas de aula comum a todos. Mas se os alunos têm um acompanhamento de qualidade como todos os seres humanos merecem, os relatórios anuais das secretarias da educação mostram que estão adequados. Mas quando colocamos os estudantes na pratica diária, a vida nos diz que não. E você o que diz da educação especial e inclusiva nas salas de aulas comum? Está de comum acordo com os governantes com a contenção dos recursos destinados à educação pública que atende a classe trabalhadora e desempregada, ou acredita que isso é mesmo uma manobra para desviar os recursos públicos?

Apenas estudar não basta. É necessário pensar para que a educação retome a sua qualidade.